

PARLAMENTO EUROPEU



EDIÇÃO ESPECIAL

CONSELHO EUROPEU
16 e 17 de Junho 2005
Bruxelas

DISCURSO DO PRESIDENTE JOSEP BORRELL FONTELLES
CONCLUSÕES DA PRESIDÊNCIA



02/S-2005

Direcção-Geral da Presidência

(Intranet) <http://www.europarl.ep.ec/bulletins> (Special Edition 2005)
(Internet) <http://www.europarl.eu.int/bulletins> (Special Edition 2005)

\\EPADES\PUBLIC\SOMMET\2005

DISCURSO DO PRESIDENTE

DISCURSO DO PRESIDENTE DO PARLAMENTO EUROPEU PERANTE O CONSELHO EUROPEU DE 16 E 17 DE JUNHO DE 2005

Exc.^{mas} Sr.^{as} e Exc.^{mos} Sr.^s membros do Conselho Europeu,

Reunimo-nos num momento difícil da construção europeia.

Dois dos Estados fundadores pronunciaram-se por ampla maioria contra o projecto de Tratado Constitucional que todos assinaram e que o Parlamento Europeu aprovou por grande maioria.

Creio que as razões por que estávamos convencidos de que este texto constitui uma melhor base para um funcionamento mais eficaz e democrático da Europa alargada continuam a ser válidas.

É, porém, evidente que muitos dos nossos concidadãos assim não o entenderam.

Hoje ninguém, incluindo o Parlamento Europeu, está em condições de facultar uma análise definitiva da situação, nem de propor soluções milagrosas.

Foram V. Exc.^{as} quem assinou o Tratado e a V. Exc.^{as} cabe decidir sobre o seu futuro.

Contudo, cabe-nos a todos, às Instituições Europeias e aos Governos nacionais, procurar responder à crise de identidade que afecta o projecto europeu em vários países.

Em primeiro lugar, permitam-me dizer algumas palavras sobre as decisões que deverão ser tomadas nas próximas horas e que devem ficar claras para os cidadãos.

A grande questão que toda a gente se coloca é a seguinte: deve ou não continuar o processo de ratificação da Constituição?

O Conselho poderá decidir que o projecto de Constituição já está morto.

Para tal, bastaria que um único Estado comunicasse formalmente que não procederá à ratificação do Tratado.

Porém, até hoje, nenhum Estado, incluindo a França ou a Holanda, cujo acordo todos sabemos ser indispensável para o Tratado entrar em vigor, o propôs.

Ou então podem decidir que o processo de ratificação prossiga, eventualmente flexibilizando o seu calendário e abrindo um período de reflexão, debate e explicação adicionais.

Este é o ponto de vista maioritário do Parlamento Europeu, que teve em devida conta que vários países ratificaram já o Tratado Constitucional, um dos quais por referendo.

DISCURSO DO PRESIDENTE

Por respeito democrático a esses países, e aos que ainda não o fizeram, a maioria do Parlamento Europeu considera que todos os Estados deveriam poder expressar a sua opinião após um ajustamento do calendário.

Se V. Exc.^{as} assim o decidirem, importaria utilizar adequadamente esse período adicional de debate e reflexão, evitando que o "stop and go" tenha muito de "stop" e pouco de "go". Permitam-me insistir em que, com pausa ou sem pausa, o Parlamento Europeu está maioritariamente a favor da prossecução do processo.

Permitam-me também que lhes diga o que creio que não deveríamos fazer:

- Deixar-nos invadir pelo pessimismo e aceitar o retrocesso do projecto europeu. Tal significaria fazer o jogo do populismo, o ressurgir dos nacionalismos e um fechar-se sobre nós mesmos.
- Fazer como se nada tivesse ocorrido. Pelo contrário, será necessário analisar em profundidade as razões dos diferentes "não".
- Decretar uma pausa, sem definir os seus limites nem explicar o que se pretende fazer durante a mesma.
- Começar a dismantelar o acervo comunitário, que é precisamente o acervo a que pedimos que aderissem os países candidatos.
- Deixar o debate nas mãos de peritos, de personalidades que supostamente "sabem", ou criar precipitadamente estruturas institucionais de difícil gestão.
- Evitar a engenharia ou a bricolagem jurídica. O projecto de Constituição é um conjunto em que cada elemento encaixa nos demais, mediante um equilíbrio delicado, amplamente negociado. Por exemplo: mais de um terço dos artigos da primeira parte remetem para a terceira.
Algumas partes da Constituição não exigem uma modificação dos Tratados; porém, estão em equilíbrio com outras que o exigem. Tenhamos cuidado para que os cidadãos não fiquem com a impressão de que se está a fragmentar o projecto, ignorando o seu voto, positivo ou negativo, sobre o conjunto do mesmo.

Evidentemente, cabe aos representantes da França e dos Países Baixos dar-nos a sua análise do resultado dos seus referendos. Todavia, tendo participado no referendo efectuado no meu próprio país, a Espanha, e não nos referendos de França e dos Países Baixos, julgo que:

1. É positivo que os cidadãos se tenham interessado, inclusive apaixonado, pela questão europeia. Temos de prosseguir o debate com os cidadãos e aproveitar esse princípio de "europeização da política".

DISCURSO DO PRESIDENTE

2. A rejeição incidiu mais sobre a Europa que já existe do que sobre a que lhes era proposta.

Voltou-se a discutir Amesterdão e Maastricht (parte III) mais do que o que era novo no Tratado Constitucional (partes I e II).

3. Votou-se mais contra o contexto que contra o texto.

E esse contexto estava assim configurado:

3.1. O alargamento ou, melhor ainda, as adesões já aprovadas ou anunciadas.

3.2. A falta de resposta europeia ao impacto da globalização e ao seu impacto sobre nossas estruturas sociais.

3.3. A diferente percepção, ou o divórcio entre os cidadãos, as suas elites políticas e as suas instituições representativas, relativamente ao projecto europeu.

Com razão ou sem ela, muitos eleitores, e em particular os jovens, pensaram que este projecto de Constituição não propunha soluções eficazes para os problemas do crescimento e do emprego, como se a Europa fosse o cavalo de Tróia da mundialização mal gerida, ou a responsável pelas deslocalizações ou pelas imigrações massiças.

Outros eleitores pensam que a Europa está demasiado regulamentada, é demasiado cara ou receiam que lhes faça perder a sua identidade nacional.

O sonho europeu, baseado na paz, na democracia e na cooperação, tornou-se uma realidade. Deixou, por isso, de ser um sonho mobilizador.

A Europa é a história de um êxito. Mas o êxito também pode conduzir à morte quando os novos temores são mais fortes que os velhos sonhos.

Temos de encontrar novas razões para que o projecto da Europa alargada volte a ser capaz de mobilizar os europeus.

Algumas pistas de reflexão e/ou de acção para o futuro

Quais poderiam ser as pistas de reflexão e de acção para os próximos meses?

- Em primeiro lugar, todas as Instituições europeias e Governos nacionais devem dar sinais positivos do valor acrescentado europeu, especialmente em matéria económica e social ou de segurança.

DISCURSO DO PRESIDENTE

Por exemplo, como não apreciar as acções da União Europeia, que por certo estão na ordem do dia de hoje, em matéria de luta contra o terrorismo, de estabelecimento de um sistema comum de vistos, de uma política comum em matéria de protecção de dados, ou as medidas de cooperação judicial civil e contra a imigração clandestina?

Ou ignorar a luta contra o branqueamento de capitais e a criação de uma agência para proteger os direitos fundamentais? Temos de relançar a agenda de Haia e explicá-la mais e melhor aos nossos concidadãos.

Também seria bom que os ministros europeus não atribuíssem a Bruxelas todos os males nacionais e que, quando saíssem das reuniões dos conselhos, não falassem sistematicamente em vencedores e vencidos.

O mesmo é igualmente válido para a discussão que vão ter sobre as perspectivas financeiras.

O Parlamento pronunciar-se-á brevemente sobre uma legislação importante, que teve já um forte impacto nas campanhas dos referendos, como os projectos de directivas sobre a liberalização dos serviços e sobre a organização do tempo de trabalho.

O debate sobre estas questões dará continuidade ao que foi efectuado sobre o projecto de Constituição.

O Parlamento confia num diálogo positivo entre as Instituições e, especialmente, com a futura Presidência do Reino Unido.

De qualquer modo, para fazer face ao contexto em que o "não" foi gerado, será imprescindível abordar, pelo menos, dois grandes temas:

- As fronteiras da Europa.

Existem? Se existem quais são? Se não, porquê? Quais são os interesses geoestratégicos dos europeus? Como debater com os cidadãos acerca deles?

Nesse debate deverá ser estabelecida a distinção entre a "reunificação da Europa", que caracterizou o recente alargamento, e as futuras adesões.

- O modelo de sociedade europeu.

Em vez de opor modelos culturais, económicos, sociais e políticos, que não têm necessariamente de ser idênticos, podemos pôr-nos de acordo sobre a resposta europeia às consequências económicas e sociais da globalização, inspirando-nos nas experiências positivas e negativas de uns e de outros?

- Para esse efeito, o Parlamento pode e deve ser um local de debate, ainda que não o único, e um cadinho de ideias, embora não o único. Estamos dispostos, em cooperação com as Presidências futuras, a contribuir para um debate que poderia ser conjuntamente organizado.

DISCURSO DO PRESIDENTE

Perspectivas financeiras

Permitam-me que me refira agora à posição do Parlamento Europeu sobre as perspectivas financeiras, a segunda grande questão da ordem do dia.

Contudo, antes de mais, devo dizer que me parece cada vez mais parcial e limitado raciocinar unicamente com base nos saldos orçamentais líquidos.

Esta perspectiva contribui para que os cidadãos tenham a impressão de que estão a pagar um imposto a uma espécie de potência estrangeira que não lhes oferece nenhuma vantagem como contrapartida.

É uma visão errónea, uma vez que se estamos juntos é porque existe um valor acrescentado europeu e todos nós beneficiamos amplamente de diferentes maneiras, directa ou indirectamente, da construção europeia.

Permitam-me que vos dê um exemplo que foi apresentado no Parlamento Europeu por um dos membros da Comissão: o crescimento do PIB resultante do mercado interno nos últimos dez anos é de cerca de 900 000 milhões de euros. Este valor equivale a uma média de 6 000 euros por família da União Europeia, e representa a criação de 2 500 000 de postos de trabalho.

E isto para além de outras considerações, tão ou mais importantes, que não se podem traduzir em euros.

Ora, como poderiam os cidadãos querer a Europa se apenas se lhes explica que ela custa uma fortuna aos contribuintes nacionais?

Por isso, desejaria que o acordo sobre as perspectivas financeiras, para além da mensagem positiva que enviaria no momento actual, fosse o começo de uma nova reflexão acerca da adequação entre os fins que nos propomos alcançar juntos e os meios necessários para o efeito.

Como sabem, após oito meses de intenso trabalho, o Parlamento adoptou oportuna e formalmente, e por uma maioria muito ampla, a sua posição sobre as perspectivas financeiras.

É a primeira vez que tal ocorre.

Não vou expor essa posição em pormenor.

V. Exc.^{as} conhecem o relatório Böge tal como o Parlamento Europeu conhece as propostas da Comissão e da Presidência do Conselho.

O Parlamento situou-se entre ambas, ainda que certamente mais próximo da proposta da Comissão.

DISCURSO DO PRESIDENTE

Dentro do seu actual âmbito de competências, o Parlamento Europeu quis sublinhar o seu apoio às políticas de futuro da União Europeia, a favor do emprego, da investigação, da inovação e das políticas destinadas a garantir o papel da União na cena internacional.

Considera igualmente que são necessários mais meios para o novo espaço de segurança e de justiça.

É nestes domínios que se pode melhor obter o valor acrescentado europeu que a todos beneficia.

Obviamente, o Parlamento Europeu considera que as ambições que a Europa diz ter não cabem no limite de 1% do respectivo PIB, como alguns países defendem.

Cabe agora a V. Exc.^{as} decidir sobre a sua proposta. Saibam que o Parlamento deseja um acordo que seja concluído em tempo oportuno. Mas não qualquer acordo.

E recordem que não é apenas ao Conselho que cabe decidir sobre as perspectivas financeiras. Para a sua aprovação é necessário o acordo das três instituições.

O financiamento futuro da União é demasiado importante para que este seja limitado a um mero exercício contabilístico. Trata-se de um debate eminentemente político que determinará a capacidade de acção da União nos próximos anos.

É óbvio que não será esta a última oportunidade que teremos para aprovar as perspectivas financeiras. Todavia, pensem que cada vez será mais difícil. E que se as perspectivas financeiras acabarem por não ser aprovadas, teremos, mesmo assim, de elaborar um orçamento para 2007. E V. Exc.^{as} também sabem o que prevê o Tratado nesta matéria e qual é o papel que cabe nesse caso ao Parlamento Europeu.

Senhoras e senhores chefes de Estado ou de Governo, não quero concluir sem agradecer particularmente a Jean-Claude Juncker e à Presidência luxemburguesa, permanentemente presente no Parlamento Europeu através da sua Presidente e dos seus ministros, os Srs. Asselborn e Schmit. Sempre estiveram atentos ao parecer do Parlamento Europeu e demonstraram conhecer excepcionalmente bem questões muito complexas que há anos estavam pendentes.

Quero agradecer-lhe perante todos vós e desejar-lhe boa sorte para que possa concluir com êxito, nas próximas horas, a sua magistral tarefa.